

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JAN A DEZ/14

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| <u>DESPESA COM PESSOAL</u>  | DESPESAS EXECUTADAS |  |
|---|---------------------|--|
|   | JAN A DEZ/14        |  |
|   | LIQUIDADADA (a)     | INSCRITAS EM RESTOS<br>A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)   | 3.724.672.273,47    | 1.117.442,16                                       |
| Pessoal Ativo   | 3.343.747.376,66    | 1.117.442,16                                       |
| Pessoal Inativo e Pensionistas  | 380.924.896,81      | -  |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 de LRF) | -                   | -  |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)   | 633.339.773,85      | 22.843,53  |
| (-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                              | 28.945.590,80       | 0,14   |
| (-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração                        | 15.754.416,93       | 11.715,59  |
| (-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração                      | 207.960.113,77      | 11.127,80  |
| (-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados   | 380.679.652,35      | -  |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)  | 3.091.332.499,62    | 1.094.598,63                                       |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) - (III a + III b)  |                     | 3.092.427.098,25                                   |

| <u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>                        | VALOR            |
|---|------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)                                    | 6.071.450.294,61 |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100 | <b>50,93</b>     |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%             | 2.975.010.644,36 |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%          | 2.826.260.112,14 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44,10%       | 2.677.509.579,92 |

Nota1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, são consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processado, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota2: Não foram consideradas para efeito de limite de pessoal as contribuições patronais referente ao plano de saúde - PLANSÁUDE, por não estar abrangido pelo art. 18 LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.

Nota3 Foram incluídas as despesas com REDASA e ICSH dos servidores da saúde, conforme recomendação TCE, no valor de R\$45.136.839,47.

Nota4: Foram consideradas para efeito do limite de pessoal a folha de dezembro/14 e outras obrigações, embora não tenham sido empenhadas, devidamente registradas no passivo à conta 212240000 - obrigações a pagar - folha de pagamento, no valor de R\$ 366.093.716,27.

Nota5 Em razão do crescimento real baixo do PIB Nacional nos últimos 4 trimestres, o prazo estabelecido no art. 23 da LC nº 101/00 será auferido no 1º quadrimestre de 2015, à razão da redução de 1/3 do extrapolado no 2º quadrimestre de 2014 e o excedente até o 3º quadrimestre de 2015, conforme art. 66 da referida lei complementar.